



1) Havida às especificidades da prática filosófica, podemos dizer que na hora de se escolher um livro didático para utilizar com seus alunos, somos confrontados com dois tipos de material que apontam para duas tendências possíveis (mas que, como veremos, não se excluem) do ensino de filosofia. A primeira opção é o livro didático tradicional que expõe e desenvolve os grandes momentos da história da filosofia (mas que vem levando cada vez mais em consideração as limitações do cânone clássico para meio de perspectivas pós-coloniais, entre outros, para ir além dele). Esse tipo de ~~livro~~ livro pode ser organizado cronologicamente ou a partir de temas ou problemas filosóficos (como é o caso de "Convite à filosofia" de Marilena Chauí), mas o seu elemento comum é a exposição de certos ~~conceitos~~ filósofos e seus conceitos junto a um desenvolvimento do contexto da sua produção (seja histórica ou filosófica). Os efeitos que geraram o segundo tipo de material que pode ser utilizado são coletâneas com textos dos próprios filósofos (como "Textos Básicos em Filosofia" organizado por Danilo Marcondes). Nesse tipo de livro costumamos encontrar ~~textos~~ ~~trechos~~ trechos de textos-chaves da história da filosofia que apresentam os principais argumentos do texto em questão. Geralmente essas coletâneas costumam apresentar uma breve introdução ao trecho escolhido e uma série de perguntas que ajudam a tocar nos principais pontos do texto. Diante dessas opções, julgo como material mais adequado a coletânea organizada pela Secretaria de Educação do Paraná e justificarei isso a seguir.

Como disse acima, cada um desses materiais parece expressar uma tendência. Os livros históricos privilegiam o ensino da filosofia a partir da sua história, ou seja, procuram expor conceitos canônicos (embora não operamos) e relacioná-los a outros filósofos e outros conceitos, ao momento da história em que são produzidos e a relação desses conceitos com outras disciplinas. As coletâneas, por sua vez, dão mais ênfase à segunda tendência, que dá mais ênfase ao ensino da atividade filosófica. Se considerarmos a filosofia como uma luta com o conceito (seja ele concebido como algo criado ou descoberto)

O seu ensino pode ser uma tentativa de desenvolver nos alunos a capacidade de manejar o conceito. O uso de coletâneas permite ao professor e os alunos ~~explorarem~~ explorarem diretamente no texto as inúmeras formas, estratégias, ~~e usos de conceito~~ construções ou usos do conceito por autores ~~que~~ considerados filósofos.

O que se percebe em seguida, porém, é que uma tendência não existe sem a outra (ainda que o peso varie entre as tendências). Por um lado, os argumentos de um filósofo não existem no vácuo, eles são situados historicamente, lidam com problemas muitas vezes concretos (problemas científicos ou políticos, por exemplo) e dialogam ~~com~~ com outros filósofos. Nessa forma, o conhecimento da história da filosofia é para essencial para dimensionar adequadamente o que ocorre nas operações conceituais de tal ou tal filósofo. Por outro lado, é inevitável que uma ~~abordagem~~ abordagem histórica acabe abordando as minúcias de certos argumentos. É impossível, por exemplo, compreender a quebra que Heidegger opera na tradição do pensamento e inaugurando a modernidade filosófica sem entender como ele chega na indubitabilidade do Ego em suas Meditações Metafísicas. O que se deve, pois, sublinhar é que não é possível exercer o ensino de filosofia sem conciliar de alguma forma essas duas tendências. A escolha do livro didático acaba ~~apresentando~~ sendo um passo nessa conciliação.

Se escolhermos a coletânea editada pela Secretaria de Educação do Paraná é porque nela encontramos uma ampla escolha de textos de autores mais ou menos canônicos sempre amparados por um aparato crítico feito por um especialista. Ainda que alguns ~~dos~~ desses textos possam ser densos para o aluno, ~~o~~ o papel do professor é justamente auxiliar os alunos nesse processo. <sup>Embora</sup> filosofia ~~seja~~ uma linguagem específica, ~~para~~ o contato com textos filosóficos é essencial para o seu aprendizado, por mais duro que isso possa ser ~~em~~ em um primeiro momento. ~~É~~ Além disso, ~~em~~ nesse ponto que os textos introdutórios se mostram valiosos, pois eles não apenas dão o contexto da obra mas também procuram explicar o que acontece no texto em questão, facilitando o acesso ao texto do filósofo e servindo de valiosa ferramenta na preparação e no ensino do conteúdo aos alunos.

2) A lei 11.485 determina que se trabalhe conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula. Isso é ainda mais complicado na área de Filosofia se observarmos que apenas recentemente o pensamento de origem afro-brasileira ou indígena vem ganhando uma mínima cidadania filosófica, embora ainda com pouquíssima penetração na formação dos professores de filosofia. Para se pensar a melhor forma de abordar esse conteúdo inero, portanto, abordar três pontos: a preparação do professor, a organização de um material didático adequado e a estruturação das aulas. Insistimos nesses aspectos preparatórios por duas razões que se complementam. A primeira é a falta de contato de grande parte dos professores de filosofia com esses conteúdos que decorrem da exclusão histórica que pensamentos de matrizes não-gregas sofrem ao não serem abordados nas formações universitárias em filosofia. A segunda é a diferença entre inevitável entre os pensamentos afro-brasileiro e indígena e o pensamento grego que provém de matrizes diferentes. Ou seja, não apenas se tratam de pensamentos excluídos, como não estamos habituados a eles devido à nossa formação predominantemente grega-europeia.

A preparação do professor, o primeiro ponto, talvez seja o mais trabalhoso por implicar uma revisão da sua formação e a aproximação de um tipo de pensamento ao qual não se está acostumado. É por isso que além do próprio conteúdo a ser trabalhado (que mencionamos no segundo ponto), é fundamental se aproximar de uma bibliografia pós-colonial e de trabalhos que procuram elaborar a história e os modos de vida dos grupos cujos pensamentos vão ser trabalhados em aula. A literatura pós-colonial é importante por dar conta dos processos de rebaixamento ou exclusão desses tipos de pensamentos e que justificam uma inclusão posterior desses conteúdos na grade curricular. Os textos de história e antropologia, por sua vez, permitem ao professor entender o âmbito em que esses pensamentos são produzidos, ainda mais considerando que parte desses pensamentos (como dos indígenas sobretudo) se dá numa esfera oral (isto é, não letuada). Com essas cuidados o professor consegue começar a superar as barreiras que excluíam os pensamentos afro-brasileiro e indígena da filosofia e ele poderá dimensionar adequadamente suas diferenças em sala de aula.

Q2) O segundo ponto tem a ver com a preparação de materiais, mas, nas questões de espaços nos fóruns no caso indígena, ainda que os mesmos problemas sejam encontrados no caso do pensamento afro-brasileiro. Como se trata de culturas altamente oralizadas, não vamos encontrar nem tratados explicitamente filosóficos (ou melhor, como o ocidente concebe a filosofia) e nem mesmo ~~uma~~ uma história do pensamento indígena. Em sua maior parte essas reflexões se encontram em mitos. É por isso que é fundamental para o professor estabelecer um corpus desses mitos pois o próprio aspecto mítico faz parte da constituição do pensamento ameríndio. A apresentação de mitos é, pois, fundamental para apresentar esse pensamento, visando ser ~~completamente~~ escolhidos a partir dos textos de "A queda do Céu" de Davi Kopenawa e Bruce Albert pois lá esse pensamento é exposto já pensando no público ocidental. Assim, porque o aluno não só tem acesso ao conteúdo do pensamento ameríndio mas entende como ele se organiza de outro modo devido à sua matriz indígena. Esse corpus pode funcionar, portanto, como um guia para a aula.

Isso nos leva ao último ponto, que é a estruturação da aula. É importante que ela dê conta não só do conteúdo das filosofias afro-brasileira ou ameríndia, mas que o aluno entenda a sua exclusão sistemática e como isso se relaciona à opressão desses grupos. Isso pode ser mas como dar conta em tão pouco tempo da distância desses pensamentos dos nossos? Um recurso que pode ser utilizado é a escolha de um filme de ficção (como "O abraço da serpente") ou documentário (como "Supermulheres", filmado por indígenas) que torna sensível a diferença das modos de vida, de organização social, de experiências sensíveis e, portanto, do pensamento. É por isso que consideramos fundamental no trabalho desses conteúdos em aula a demonstração dos processos de exclusão e a sensibilização das diferenças desses pensamentos.

Vê-se que não é tarefa fácil e que o maior esforço está justamente no processo de reciclagem que o professor precisa efetuar sobre si mesmo. Realizando isso, porém, a própria aula será realizada com maior facilidade pois o professor terá uma nova disposição e abertura para pensamentos de matriz ~~afro-brasileira~~ afro-brasileira e/ou indígena.

3) O lema kantiano deixa bem claro em que deve consistir o ensino de filosofia. Não se trata de ensinar um conteúdo previamente determinado pela tradição o que só poderia ser avaliado a partir da capacidade do aluno reproduzir da sua memória certos conceitos ou mochos argumentos. Vemos a partir dessa posição de Kant que a filosofia é fundamentalmente uma atividade e não apenas as suas atualizações históricas. Dito isso, pensar isso no contexto escolar nos traz uma dificuldade relativa à avaliação dos alunos, ainda mais considerando que a tradição positivista que impera no ensino básico nacional tende a realizar avaliações que se apoiam na capacidade do aluno memorizar certas fórmulas ou fatos.

Para conseguir pensar uma avaliação que escape esse modelo é preciso conceber a prática ensino de filosofia de uma forma não factual. É com isso em mente que a posição kantiana nos parece fecunda. Não se trata de tomar como foco do ensino o resultado da elaboração filosófica de algum autor, mas sim o próprio processo de construção conceitual. Isso significa abrir mão da história da filosofia? De forma alguma, já que se a filosofia não tem nenhum conteúdo positivo, isso não significa que o trabalho filosófico previamente realizado é irrelevante. O tipo de ensino que se pode conceber a partir da posição kantiana é, portanto, um que procura encontrar nas elaborações filosóficas modelos possíveis para a atividade do filosofar. Na ausência de qualquer modelo genérico ou conjunto de postulados (ainda que revisáveis) que possam guiar a prática filosófica, não é possível ensinar os alunos o ato de filosofar sem que ele tome conhecimento da história dessa prática. O que se aprende, nesse processo, não é, pois, um modelo genérico, mas a própria variabilidade inerente à atividade filosófica, variabilidade cujos limites coincidem com os limites da própria tradição (e que, como vemos ao olhar para a história da filosofia, não deixam de se alterar).

Quanto que isso implica para o aluno do colégio?  
Certamente, considerando que ele se encontra num contato inicial com essa atividade, <sup>implica</sup> que ele não terá capacidade de elaborar conceitos complexos e consistentes por conta própria. Não se pode ~~aprender~~ ~~isto~~ ~~de~~ ~~e~~ ~~transformar~~ ~~a~~ ~~filosofia~~ por se encontrar em uma situação de aprendizagem inicial, o que pode ser feito, como falamos, é demonstrar como filósofos já reconhecidos elaboraram determinados conceitos. Trata-se de mostrar as maneiras de construir um argumento ou um conceito a partir de exemplos já dados. Se esse tipo de ensino pode parecer, a princípio, desinteressante, ele permite ao aluno aprender aos poucos diversas maneiras de construir conceitos na medida em que o professor explora diferentes filósofos. Com o tempo, o aluno vai não apenas aprimorando sua capacidade de entender e reconhecer por conta própria as construções conceituais que povoam nossos discursos e nossas culturas, mas, a partir de um amplo arsenal de estratégias, pode ele próprio começar a ensaiar elaborações conceituais ligadas aos problemas que o afetam.

Ficará claro, agora, o tipo de avaliação apropriada para esse tipo de ensino. O que será avaliado não será a capacidade do aluno de memorizar certas ideias mas de explicar de que maneira <sup>um</sup> ~~esse~~ conceito é construído. É evidente que nesse movimento de reconstrução há uma certa memória envolvida, mas trata-se de uma memória que é subordinada às demandas racionais de coerência e consistência no conceito que o aluno precisa elaborar. É por isso que, mais que qualquer jargão do filósofo, o que interessa é saber se os argumentos ~~est~~ estão concatenados e dispostos de modo a produzir ou justificar um determinado conceito. O que julgamos como ~~adequada~~ avaliação adequada para essa concepção kantiana de aprendizagem em filosofia é, portanto, uma ~~peça~~ que peça para o aluno reconstituir com suas próprias palavras (ou seja, evitando repetir jargões) os principais elementos ou ~~os~~ argumentos de um determinado conceito. Tendo como consequência disso a aprendizagem de diversas estratégias que compõem o filósofo